

DAMO, Arlei Sander e OLIVEN, Ruben George. *Megaeventos no Brasil: um olhar antropológico*. Campinas: Editora Autores Associados (Selo Armazém do Ipê), 2014

Luiz Guilherme Burlamaqui

Doutorando em História pela Universidade de São Paulo, onde desenvolve tese sobre a eleição de João Havelange à presidência da FIFA, com apoio da FAPESP. Publicou Desvendando o jogo: nova luz sobre o futebol, vencedor do Edital Copa do Mundo, pela Editora da Universidade Federal Fluminense.

Numa espécie de preâmbulo do *Ensaio sobre a Dádiva*, Marcel Mauss (1999) sublinhou que, em algumas línguas germânicas, havia um parentesco semântico entre as palavras presente e veneno. Pouco a pouco, Mauss delineava que o parentesco linguístico era tão somente um indicativo de um fenômeno social mais amplo: dívida e graça, privilégio e obrigações caminham proximamente. Quase cem anos depois desse escrito, quando as agências esportivas internacionais escolheram o Brasil como sede dos principais megaeventos internacionais – a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos do Rio (2016) – a população não hesitou em celebrar a escolha. Muitos viram ali, uma chance quase única, singular de transformação do país e da sociedade brasileira. Mas o enredo é conhecido, e a reconversão da benesse em maldição não tardou. As altas somas de dinheiro público dispendidas, as demandas arquitetônicas das agências esportivas internacionais – o vulgarizado “padrão FIFA” –, e o estrito cronograma foram seguidamente questionados pela sociedade civil nacional, culminando com os levantes de junho em 2013.

Escapando tanto às tentações apocalípticas quanto às laudatórias, coube aos professores de antropologia da UFRGS, Ruben Oliven e a Arlei Damo, a tarefa mais do que necessária de reconstituir a história dos megaeventos esportivos no Brasil, ancorado em sólida teoria antropológica. Tal missão

foi executada com rigor científico, e *Megaeventos no Brasil: um olhar antropológico* já afigura na literatura na antropologia das práticas esportivas como clássico. Ainda assim, é importante ressaltar que o interesse do livro não se restringe àqueles que se dedicam a interpretar o esporte-espetáculo. Como não se trata de uma tese de doutoramento ou de uma dissertação de mestrado, os próprios autores afirmam terem escrito com a preocupação em elaborar uma narrativa fluída e palatável a um público mais amplo, reduzindo, por exemplo, as notas-de-rodapé. Nesse ponto, o fato de haver uma escassa bibliografia na área só amplia a relevância do livro e o seu papel junto à esfera pública.¹

Num sentido mais estrito, o livro é dirigido a todos os cientistas sociais que se dedicam a pensar as angústias do Brasil contemporâneo. De acordo com Damo e Oliven um megaevento esportivo é uma espécie de janela privilegiada a partir da qual vários aspectos da vida social são trazidos à superfície: economia, política, moral, relações internacionais, quase todos esses espaços da vida social misturam-se, tocam-se, afetam-se mutuamente. “Não só esses campos possuem intersecções, como também existem certos eventos, que, dadas as suas características posicionam-se transversalmente” (Damo & Oliven, 2014: 6). Fenômeno total, megaeventos são colocados vis-à-vis ao *potlatch* (Damo & Oliven, 2014: pp. 1-11): compreendê-lo, portanto, demanda uma atenção dos pesquisadores a realidade social em seus diversos níveis.

Por conta desse caráter totalizante, o livro de Damo e Oliven é, à sua própria maneira, uma espécie de etnografia histórica. Um historiador não teria dificuldade em aproximar a empreitada de Damo e Oliven do clássico estudo de Georges Duby (1995) sobre a batalha de Bouvines. Duby é o etnógrafo de uma batalha dominical, um evento localizado no tempo e no espaço,

¹ Tal proposta é, inclusive, consoante ao selo em que o livro foi publicado. Lê-se na contracapa: “O selo Armazém do Ipê propõe-se a alcançar um público mais amplo com lançamento de textos ágeis, de leitura agradável, versando sobre temas de candente atualidade e que possam ser também utilizados pelos professores e alunos complementando o ensino das diversas disciplinas e demais componentes curriculares”. (DAMO & OLIVEN, 2014)

que usa para trazer à superfície a ordem medieval em sua concretude, e as diversas transformações assistidas pelo século XIII. A ambição de Damo e Oliven é similar: compreender esse “mega-país chamado Brasil” (2014: 187), essa nação profundamente desigual da periferia do capitalismo, com seus dilemas e fraturas, mas também nas suas potencialidades e virtudes, ao escrutínio de dois eventos aparentemente fugidios.

De imediato, a reflexão sobre os megaeventos esportivos impôs aos autores certos desafios, principalmente porque “pouco importa a natureza, [megaeventos] parecem (...) refratários a abordagem antropológica e, mais particularmente, à etnografia” (Damo e Oliven, 2014: 13). Tanto por conta do seu espectro espacial quanto pela dimensão temporal, a etnografia, vista como uma “técnica artesanal” (Damo & Oliven, 2014: 14), o produto final de uma longa imersão numa dada comunidade reduzida em escala, não pode ser reproduzida num megaevento. Mais do que isso, “para o caso dos eventos esportivos”, prosseguem, “não são os jogos da Copa apenas que fazem dela um megaevento, mas também a mobilização no seu conjunto”. (Damo & Oliven, 2014: 14). Nas palavras de Marshall Sahlins, “um evento transforma-se naquilo que lhe é dado como interpretação” (Sahlins, 1990: 16). Observando o mesmo fenômeno, o antropólogo Christian Bromberger (1995) criou a categoria de *discutibilidade*: o esporte espetáculo é tanto jogado quanto *falado*. A partir das discussões que ele enseja, portanto, uma série de representações e práticas delinham-se na cena pública.

Partindo desses pressupostos, os autores optaram por uma abordagem que não obrigava a presença *in loco*, mas o acompanhamento à distância da polifonia de vozes que se constituíam na esfera pública sobre os megaeventos esportivos. Desta forma, o material analisado no livro não é de tipo tradicional, como notas de campo e longas entrevistas. O que se vê ao longo do livro são narrativas constituídas sobre os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo: peças publicitárias, material interno produzido pelas agências esportivas internacionais (FIFA, COI), discursos de políticos, uma quantidade significativa de material produzida pela própria imprensa e até mesmo comentários em redes sociais e blogs foram incorporados à análise.

Dito isso, a subdivisão do trabalho é feita em dez capítulos, dentre os quais a maior parte pode ser lida separadamente, salvo o primeiro e o último capítulo, que funcionam à moda de introdução e de conclusão. Agrupados dois a dois, o trabalho pode ser recomposto em quatro grandes blocos. Assim, o primeiro (cap. 2 e 3) diz respeito às agências internacionais (a FIFA e o COI) e a Copa do Mundo como fenômeno da contemporaneidade; o segundo pormenoriza os bastidores da escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos (cap.4 e 5); o terceiro problematiza a questão das Arenas e dos estádios utilizados na Copa do Mundo (cap. 6 e 7) e, por último, discutem-se as controvérsias em torno do megaevento, tanto no que diz respeito à gestão do dinheiro público quanto os levantes de Junho de 2013. (cap. 8 e 9)

Na primeira parte, Damo e Oliven retomam a análise histórica dos esportes como um “produto e produtores da modernidade capitalista” (Damo & Oliven, 2014: 34-36). Nos últimos anos, a popularização da televisão e a multiplicação das transmissões ao vivo reposicionou o lugar do esporte nas sociedades capitalistas. A Copa do Mundo da FIFA é uma espécie de cereja do bolo das transmissões esportivas, possivelmente, a mercadoria mais valiosa do futebol de espetáculo. Na visão dos autores, o que torna o evento singular, ou, em linguagem antropológica sagrado, não é apenas a sua periodicidade quadrienal, mas a separação estrita, regulada pela própria FIFA, entre o “circuito clubista e o circuito nacionalista”. (Damo e Oliven, 2014: 39-40) Enquanto no espectro clubista, o trânsito de jogadores é livre; na rubrica nacionalista, os jogadores não podem, salvo condições especiais, circular entre as seleções. Nas seleções, as premiações em dinheiro também parecem ter uma importância menor do que dos clubes, e os torcedores querem crer que são valores como “amor à pátria”, que orientam os jogadores. Como forma de manter um adorno romântico, a FIFA regula estritamente os patrocínios na indumentária das seleções. Com isso, faz-se crer que as Copas do Mundo sejam reguladas pela égide do nacionalismo, e não pelo mercado, a FIFA garante o valor (simbólico e econômico) do seu próprio evento. (Damo e Oliven, 2014: 42-45)

Destaca-se, neste primeiro bloco, o espaço aberto à FIFA (poderíamos estender o argumento ao COI) como uma entidade da sociedade civil transnacional. Damo e Oliven sublinham que, de fato, a reflexão sobre a FIFA é árdua “na medida em que [ela] flerta tanto com o mundo dos negócios quanto com o mundo da política, desafiando as definições convencionais” (2014, pg. 67). Na bibliografia corrente, a análise da FIFA comumente a coloca em pé de igualdade com organizações não internacionais governamentais surgidas na virada do século XX, como, por exemplo, a Liga das Nações, a Associação do Prêmio Nobel ou a Associação Mundial de Escoteiros (Boys Scouts). Aqui, o mérito de historicizar o associativismo esportivo transnacional é evidente; entretanto, essa rápida alusão tende a diluir bastante o peso e a especificidade das agências esportivas na sociedade global contemporânea.²

Em revanche, Damo e Oliven perceberam que a FIFA é uma “entidade híbrida”, e, que, como tal, incorpora, mimetiza e elabora um conjunto de práticas, tanto do chamado livre-mercado internacional quanto dos Estados-nação. Por um lado, a FIFA é uma instituição com o orçamento de aproximadamente um bilhão de dólares anuais. Por outro, é um conglomerado político de federações nacionais, de modulação inspirada na Organização das Nações Unidas, que elege, quadrienalmente, o presidente da entidade e os membros dos diversos Comitês da instituição. O paradoxo da FIFA é que, embora as Copas do Mundo seja muito lucrativas, elas só o são por conta de uma estratégia empresarial que delega os gastos e o ônus do evento ao Estado-Nação. Advém daí a retórica do legado, a FIFA transforma a Copa que, no limite, é um produto seu, em uma oportunidade de investimento para o seu “parceiro”, o Estado-Nação. A FIFA, portanto, embora tenha características muito similares a uma empresa, não pode abandonar certa retórica filantrópica, sob pena de ver sua legitimidade na esfera pública vulgarizada. Não é exagero dizer que as quase quarenta páginas dedicadas à história da entidade delineiam um programa de pesquisa: a etnografia histórica das próprias agências esportivas transnacionais. Esse programa não é só urgente, como

² Sobre esse ponto, consultar sobretudo Barbara Keys (2013) e Alain Tomlison (2005).

consoante com boa parte da moderna teoria antropológica. (Damo & Oliven, 2014: 40-71)

No segundo bloco do livro, entramos na discussão pormenorizada sobre como a Copa do Mundo e as Olimpíadas vieram parar no Brasil. De fato, há uma diferença significativa entre essas duas escolhas. No caso da Copa do Mundo, por conta do sistema de rodízio continental, implementado por João Havelange, havia, pelo menos desde 2005, a certeza de que o Brasil sediaria o evento. Como pontuaram Damo e Oliven, tratava-se de um “desejo” da comunidade política brasileira, mas, ao mesmo tempo, um “direito e um dever”. (Damo & Oliven, 2013) Internacionalmente, a sociedade civil parecia legitimar a maior nação futebolística do planeta tinha as condições de receber a Copa do Mundo. Numa situação bastante atípica, não houve mesmo quem desafiasse a condição do Brasil como pleiteante.

Por outro lado, a história da eleição do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 é distinta. Ao contrário da FIFA, o COI não estabelece nenhuma sorte de rodízio continental, e a escolha da sede é livre, decidida pela simples concorrência. Outro ponto é que os membros do Comitê Olímpico Internacional não são eleitos, mas escolhidos. Trata-se de um sistema extremamente hierárquico e nebuloso, à maneira de um clube social. Para ser membro do COI, basta um convite de outros dois membros, e a subsequente aprovação pela maioria dos membros aceitos. Nesse ponto, ao contrário da FIFA, nunca houve uma paridade geográfica entre os membros do COI. É natural dizer que, em sua maioria, seus membros são predominantemente europeus. Ademais, seria apenas a segunda ocasião em que os Jogos seriam realizados na América Latina, com o agravante de que o Rio de Janeiro pleiteava o posto pela terceira vez.³ Por esse conjunto de fatores, a decisão do COI foi *celebrada* de forma entusiasmada pelos líderes políticos brasileiros. (Damo & Oliven, 2014)

Findo o lobby, o terceiro bloco se volta às praças esportivas. Num tema da ordem do dia, Damo e Oliven investigam a construção das “novas” are-

³ Em 1968, o México foi escolhido como sede dos Jogos Olímpicos em uma situação especialíssima nos quadros da Guerra Fria (KURI, 2014). A escolha do México, aliás, mereceria uma comparação com o Brasil.

nas no Brasil. A atualização dos estádios de futebol, com as suas reformas visando a classe média e a alta, têm sido alvo de frequentes críticas da sociedade civil. Como salientam os próprios autores, trata-se de um processo *sui generis* já que “os estádios brasileiros tem sido atualizados periodicamente, embora jamais tenhamos experimentado um processo tão intenso quanto agora”. (Damo & Oliven, 2014: 121)

Para narrar esse processo de caráter nacional, o foco aqui recai na história dos estádios do Rio Grande do Sul (o Beira-Rio e o Olímpico), erguidos à sombra da rivalidade entre Internacional e Grêmio. Por razões atinentes à história do Rio Grande do Sul, esses estádios foram construídos pelos próprios clubes, e não pelo poder público, como em outras regiões, o que os singulariza. Outro dado interessante é que cada passo do Grêmio ou do Inter em relação ao estádio instigava, quase que de forma imediata, o rival. Não foi diferente com a renovação quase completa do Beira Rio em vistas a Copa de 2014. Os dirigentes do Grêmio foram rápidos no contra-ataque, demoliram o Olímpico e ergueram um novo estádio, a famosa “Arena do Grêmio”. (Damo & Oliven, 2014: 130)

Das arenas às ruas e às redes sociais, os autores discutem os usos sociais do dinheiro público dispendido na Copa do Mundo e os levantes de 2013. Na primeira seção, ressaltam o diálogo da antropologia das práticas esportivas com a antropologia da vida econômica. Tal relação é extremamente frutífera, isso porque os esportes modernos são espaços permeados tanto pela lógica do mercado quanto pelo espectro dos afetos e das emoções, e não raro esses universos rivalizam-se, como também complementam-se. “Nesses termos, a antropologia da vida econômica exemplifica que as percepções sobre o dinheiro estão profundamente ligada às suas origens. O dinheiro público é revestido de sacralidade, e o seu destino faz parte do próprio debate político. Quem for procurar nesse capítulo uma justificativa ou, ao contrário, crítica aos usos de dinheiro público na Copa do Mundo e nos Jogos Olímpicos, não

⁴ O diálogo com o trabalho da socióloga argentina Viviana Zelizer é o ponto de partida do debate empreendido por Damo e Oliven.

encontrará. Damo e Oliven ressaltam que há argumentos bons para as duas partes da contenda, e, neste caso, o mais instigante é perceber qual o conjunto de moralidades que emergiram na esfera pública sobre tal fenômeno. (Damo & Oliven, 2014: 139-141)

Por fim, o capítulo sobre as Jornadas de Junho, *A rebeldia festiva*, é, de longe, o mais polêmico e provavelmente o mais original. Boa parte das análises sobre Junho praticamente ignorou o “viés nacionalista” (Damo e Oliven, 2014: 164) e o fato de que o pico das manifestações coincidiu com a semana decisiva da Copa das Confederações, e preferiu, como de hábito, as explicações de cunho político ou econômico. Parece claro, entretanto, que esse tipo de interpretação não deu conta do fenômeno. Damo e Oliven propõem, assim, um deslocamento do olhar: “um bom começo sugere que o ponto de partida seja o estético (...) para muitos analistas, o descontentamento é o ponto de partida, mas aqui ele é apenas uma das faces das manifestações”. Investigar as manifestações implicava, portanto, em levar a sério uma “conexão profunda” entre “o tempo ritual de celebração da brasilidade, instaurado por ocasião das competições das quais participava o time da CBF (...) 2) as implicações decorrentes de o governo brasileiro ter empenhado vultuosos recursos públicos para viabilizar o megaevento 3) o fato de que havia, desde o princípio do ano, uma mobilização juvenil” (Damo e Oliven, 2014: 165)

Iniciada com a realização dos Jogos Pan-Americanos, a década esportiva do Brasil chegará ao seu final com a realização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Diante do agravamento do quadro de tensão política no país é bastante provável que o significado dos megaeventos permaneçam em aberto pelo menos por mais algum tempo. Certo é que quem quiser contornar os rótulos fáceis, escapar aos maniqueísmos correntes e às simplificações grotescas encontrará no livro de Damo e Oliven uma bússola.

REFERÊNCIAS

1. BROMBERGER, Christian. *Football, la bagatelle plus sérieuse du monde*. Paris: Fayard Editions, 1995.

2. KURI, A. R. Ganar la sede: la política internacional del Jogos Olímpicos de 1968. *Revista Historia Mexicana*, vol. LXIV, núm. 1, julio-septiembre, 2014, pp. 243-289
3. KEYS, Barbara. *Globalizing sport: National Rivalry and International Community in the 1930s*. Cambridge, Harvard University Press: 2003.
4. DAMO, A. S. & OLIVEN, R.G.. *Megaeventos no Brasil: um olhar antropológico*. Campinas: Autores Associados, 2014.
5. DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1995.
6. MAUSS, Marcel. "Gift-Gift". In: *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
7. SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
8. TOMLINSON, Alain. *FIFA: who rules the people's game?* London: Routledge, 2005